

**FUNDAÇÃO CORSAN – DOS
FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA
RIO GRANDENSE DE SANEAMENTO –
CORSAN**

**Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN

Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo	Páginas
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
 Demonstrações contábeis	
Balancos patrimoniais	6
Demonstração da mutação do patrimônio social	7
Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios	8
Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios.....	9
Demonstração do plano de gestão administrativa	10
Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios	11
Notas explicativas as demonstrações contábeis	12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Conselheiros de

Fundação Corsan – Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Corsan – Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Corsan – Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Equacionamento do déficit técnico

Chamamos a atenção para o último parágrafo da nota explicativa número 15 que menciona que, de acordo com o disposto na Resolução CNPC número 30 de 2018, no exercício de 2021 será obrigatória a elaboração, por parte da Entidade, de um plano de equacionamento do déficit técnico. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

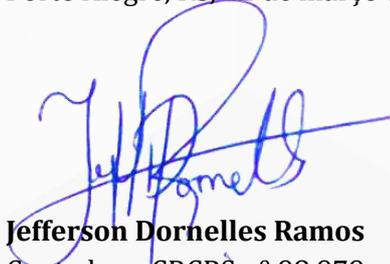
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 22 de março de 2022.



Jefferson Dornelles Ramos
Contador – CRCRS nº 98.979

Taticca Auditores Independentes S.S.
CRC 2 SP-032267/O-1
CVM 12.220



FUNCORSAN

Seu futuro mais presente.

BALANÇO 2021

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Neste item, evidenciaremos as tabelas demonstrativas contábeis, referentes ao exercício de 2021, apresentados em moeda corrente das respectivas datas. Cabe salientar que as notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis a seguir.

Valores Expressos em R\$ Mil

I - BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO DE 2021

CONSOLIDADO

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN
CNPJ: 89.176.911/0001-88

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020
Ativo			Passivo		
Disponível	83	115	Exigível operacional	40.261	28.778
Realizável	2.048.256	2.054.701	Gestão Previdencial	37.548	26.173
Gestão Previdencial	52.843	32.056	Gestão Administrativa	1.724	1.740
Gestão Administrativa	2.746	2.882	Investimentos	989	865
Investimentos	1.992.667	2.019.763	Exigível contingencial	94.986	85.197
Títulos Públicos	186.275	-	Gestão Previdencial	27.734	29.461
Fundos de Investimentos	1.691.541	1.902.993	Gestão Administrativa	264	463
Investimentos Imobiliários	81.312	80.490	Investimentos	66.988	55.273
Empréstimos e Financiamentos	31.955	35.850	Patrimônio Social	1.913.654	1.941.411
Depósitos Judiciais/Recurais	1.584	430	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.902.524	1.933.484
Imobilizado e Intangível	562	570	Provisões Matemáticas	2.722.667	2.342.602
Imobilizado	391	379	Benefícios Concedidos	2.049.817	1.755.018
Intangível	171	191	Benefícios a conceder	902.399	818.203
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(229.549)	(230.619)
			Equilíbrio Técnico	(820.143)	(409.118)
			Resultados Realizados	(820.143)	(409.118)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(820.143)	(409.118)
			Fundos	11.130	7.927
			Fundos Administrativos	10.878	7.523
			Fundos para Garantia das operações com participantes	252	404
Total do Ativo	2.048.901	2.055.386	Total do Passivo	2.048.901	2.055.386

Homero José Batista

Diretor Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de Seguridade

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/0-4

CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS EM DEZEMBRO DE 2021

CONSOLIDADO
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN
CNPJ: 89.176.911/0001-88

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do exercício	1.941.411	1.799.881	7,86
1. Adições	<u>285.012</u>	<u>475.337</u>	(40,04)
(+) Contribuições Previdenciais	153.901	115.678	33,04
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	116.904	346.556	(66,27)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	510	46	1.008,70
(+) Receitas Administrativas	12.866	11.847	8,60
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	632	1.106	(42,86)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	199	-	100,00
(+) Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	-	104	(100,00)
2. Destinações	<u>(312.769)</u>	<u>(333.884)</u>	<u>(6,30)</u>
(-) Benefícios	(205.059)	(187.219)	9,53
(-) Portabilidade / Resgates	(16.746)	(5.779)	189,77
(-) Perdas Estimadas	(3)	-	100,00
(-) Outras Destinações	(2.544)	(138)	1.743,48
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(77.923)	(121.511)	(35,87)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(8.505)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(10.259)	(10.580)	(3,03)
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa.	(83)	(67)	23,88
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(8)	(100,00)
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	(152)	-	100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	<u>(27.757)</u>	<u>141.530</u>	<u>(119,61)</u>
(+/-) Provisões Matemáticas	380.066	297.889	27,59
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(411.025)	(158.760)	158,90
(+/-) Fundos Administrativos	3.355	2.298	45,95
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(152)	102	(249,02)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.913.654	1.941.411	(1,43)

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de
Seguridade

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DMALPB - EM DEZEMBRO DE 2021

CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN
CNPJ: 89.176.911/0001-88

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.933.484	1.794.355	7,75
1. Adições	200.426	348.302	(42,46)
(+) Contribuições	160.934	123.257	30,57
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	38.981	225.045	(82,68)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	510	-	100
2. Destinações	(231.385)	(209.173)	10,62
(-) Benefícios	(205.059)	(187.219)	9,53
(-) Portabilidade / Resgates	(16.746)	(5.779)	189,77
(-) Provisão para Perdas Estimadas	(3)	-	100
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(8.458)	(100)
(-) Custeio Administrativo	(7.033)	(7.579)	(7,20)
(-) Outras Destinações	(2.544)	(138)	1.743,48
3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(30.960)	139.129	(122,25)
(+/-) Provisões Matemáticas	380.065	297.889	27,59
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(411.025)	(158.760)	158,90
B) Ativo Líquido - final do Exercício (A+3)	1.902.525	1.933.484	(1,60)
C) Fundos não Previdenciais	3.203	2.400	33,42
(+/-) Fundos Administrativos	3.355	2.298	46,00
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(152)	102	(249,02)

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de
Seguridade

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DALPB EM DEZEMBRO DE 2021

CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

CNPJ: 89.176.911/0001-88

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
1. Ativos	<u>2.046.911</u>	<u>2.053.182</u>	<u>(0,31)</u>
Disponível	<u>43</u>	<u>85</u>	<u>(49,41)</u>
Recebível	<u>63.721</u>	<u>39.579</u>	<u>61,00</u>
Investimentos	<u>1.983.021</u>	<u>2.013.518</u>	<u>(1,51)</u>
Títulos Públicos	186.148	-	100
Fundos de Investimentos	1.682.022	1.896.748	(11,32)
Investimentos em Imóveis	81.312	80.490	1,02
Operações com Participantes	31.955	35.850	(10,86)
Depósitos Judiciais/Recurais	1.584	430	268,37
2. Obrigações	<u>(133.257)</u>	<u>(111.771)</u>	<u>19,22</u>
Operacional	(38.535)	(27.037)	42,53
Contingencial	(94.722)	(84.734)	11,79
3. Fundos não Previdenciais	<u>(11.130)</u>	<u>(7.927)</u>	<u>40,41</u>
Fundos Administrativos	(10.878)	(7.523)	44,60
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	(252)	(404)	(37,62)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	<u>1.902.524</u>	<u>1.933.484</u>	<u>(1,60)</u>
Provisões Matemáticas	(2.722.667)	(2.342.602)	16,22
Superávit/Déficit Técnico	820.143	409.118	100,47
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(820.143)	(409.118)	
b) (+/-) Ajuste de Precificação	179.550	128.635	
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	<u>(640.593)</u>	<u>(280.483)</u>	

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de
Seguridade

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA EM DEZEMBRO DE 2021			
CONSOLIDADO			
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN			
CNPJ: 89.176.911/0001-88			
Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
<u>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</u>	<u>7.523</u>	<u>5.225</u>	<u>43,98</u>
<u>1. Custeio da Gestão Administrativa</u>	<u>13.415</u>	<u>12.885</u>	<u>4,11</u>
<u>1.1 Receitas</u>	<u>13.415</u>	<u>12.885</u>	<u>4,11</u>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	7.033	7.579	(7,20)
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.217	3.714	40,47
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	616	554	11,19
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	549	1.038	(47,11)
<u>2. Despesas Administrativas</u>	<u>(10.259)</u>	<u>(10.580)</u>	<u>(3,03)</u>
<u>2.1 Administração dos Planos Previdenciais</u>	<u>(10.259)</u>	<u>(6.312)</u>	<u>(3,03)</u>
Pessoal e Encargos	(6.669)	(4.259)	(4,97)
Treinamentos / Congressos e Seminários	(33)	(15)	17,86
Viagens e Estadias	-	(2)	(100)
Serviços de Terceiros	(2.362)	(1.308)	3,69
Despesas Gerais	(858)	(539)	(9,01)
Depreciações e Amortizações	(217)	(116)	14,21
Tributos	(120)	(120)	-
<u>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</u>	<u>199</u>	<u>(7)</u>	<u>(2.942,86)</u>
<u>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</u>	<u>3.355</u>	<u>2.298</u>	<u>46,00</u>
<u>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</u>	<u>3.355</u>	<u>2.298</u>	<u>46,00</u>
<u>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</u>	<u>10.878</u>	<u>7.523</u>	<u>44,60</u>

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de
Seguridade

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/0-4

CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPTP EM DEZEMBRO DE 2021
CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN
CNPJ: 89.176.911/0001-88

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
<u>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</u>	<u>2.036.034</u>	<u>2.045.660</u>	<u>(0,47)</u>
<u>1. Provisões Matemáticas</u>	<u>2.722.667</u>	<u>2.342.602</u>	<u>16,22</u>
<u>1.1. Benefícios Concedidos</u>	<u>2.049.817</u>	<u>1.755.018</u>	<u>16,80</u>
Benefício Definido	2.049.817	1.755.018	16,80
<u>1.2. Benefícios a Conceder</u>	<u>902.399</u>	<u>818.203</u>	<u>10,29</u>
Benefício Definido	902.399	818.203	10,29
<u>1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir</u>	<u>(229.549)</u>	<u>(230.619)</u>	<u>(0,46)</u>
<u>(-) Equacionamento de déficit a integralizar</u>	<u>(229.549)</u>	<u>(230.619)</u>	<u>(0,46)</u>
(-) Patrocinadora(s)	(101.979)	(111.419)	(8,47)
(-) Participantes	(107.745)	(111.419)	(3,30)
(-) Assistidos	(19.825)	(7.781)	154,79
<u>2. Equilíbrio Técnico</u>	<u>(820.143)</u>	<u>(409.118)</u>	<u>100,47</u>
<u>2.1. Resultados Realizados</u>	<u>(820.143)</u>	<u>(409.118)</u>	<u>100,47</u>
(-) Déficit Técnico Acumulado	(820.143)	(409.118)	100,47
<u>3. Fundos</u>	<u>252</u>	<u>404</u>	<u>(37,62)</u>
3.1 Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	252	404	(37,62)
<u>4. Exigível Operacional</u>	<u>38.536</u>	<u>27.038</u>	<u>42,53</u>
4.1. Gestão Previdencial	37.548	26.173	43,46
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	988	865	14,22
<u>5. Exigível Contingencial</u>	<u>94.722</u>	<u>84.734</u>	<u>11,79</u>
5.1 Gestão Previdencial	27.734	29.461	(5,86)
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	66.988	55.273	21,19

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de
Seguridade

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

**FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO
– CORSAN**

CNPJ: 89.176.911/0001-88

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)**

As notas explicativas auxiliam a compreensão e a interpretação da situação patrimonial e das transações da Entidade, subsidiam a avaliação do desempenho da gestão e detalham outros fatos considerados relevantes.

As notas explicativas a seguir são apresentadas em forma de texto, gráficos, quadros de detalhamento ou ainda outras Demonstrações Contábeis, considerando informações de natureza financeira, econômica e atuarial, entre outras.

1. A FUNDAÇÃO CORSAN E SUAS ATIVIDADES

1.1. Estrutura jurídica e objetivos

A Funcorsan fundamenta-se como uma sociedade civil sem fins lucrativos com caracterização jurídica de Entidade Fechada de Previdência Complementar Multipatrocinada, constituída sob a forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan e autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1979, iniciando suas atividades em 1º de junho de 1980.

Estatutariamente, seus objetivos consistem em administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária.

Para seu funcionamento deve observar as disposições estabelecidas nas Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, bem como outros normativos expedidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, autarquia de natureza especial com autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS), criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 – a qual atua como entidade de fiscalização e de supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

1.2. Plano de Benefícios

A Funcorsan administra o Plano de Benefícios Definido BD nº 001, registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios da Previc sob o nº 19.790.038-74. O Regulamento do Plano de Benefícios da Funcorsan foi aprovado através da Portaria Previc nº 106, de 07 de fevereiro de 2017.

1.3. Fontes de recursos

Para a consecução dos seus objetivos, a Funcorsan obtém recursos decorrentes de:

- Contribuição de participantes ativos e assistidos;
- Contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Patrocinadora Corsan, mediante o recolhimento de percentuais de suas folhas de remuneração;
- Receitas de aplicações do patrimônio.

1.4. Destinação dos recursos

Os benefícios, com base no Regulamento do Plano, são calculados pelo atuário responsável, que assina as respectivas Notas Técnicas Atuariais, ao qual também competem os cálculos e estudos atuariais, perante a massa de participantes, aos órgãos públicos e a própria Funcorsan. O Plano de Benefícios congrega:

Plano de Benefícios Definido BD nº 001		
Participantes	2021	2020
Ativos	4.439	4.811
Assistidos	4.256	3.988
Total	8.695	8.799

1.5. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelo Plano de Benefícios administrado pela Funcorsan foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e Orçamento Anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

As operações administrativas são registradas conforme Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução Normativa PREVIC nº31 de 20 de agosto de 2020, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado do Plano de Benefícios Previdenciais, conforme os Anexos "I - Planificação Contábil Padrão" e "III - Modelos e Instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis".

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas das despesas da administração dos planos previdenciais, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo – PGA foi registrada nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, no respectivo Plano de Benefício.

1.6. Custeio Administrativo

São os recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da Funcorsan, cujas fontes de custeio podem ser: contribuição dos participantes e assistidos; contribuição dos patrocinadores;

reembolso dos patrocinadores; resultado dos investimentos; receitas administrativas; fundo administrativo; dotação inicial e doações.

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, observados os regulamentos dos Planos de Benefícios e PGA, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

O limite anual de destinação de recursos dos planos de benefícios ao PGA, estabelecido na Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, a ser deliberado pelo Conselho Deliberativo da Entidade é um entre os seguintes: Taxa de Administração de até 1% dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios – RGPB ou Taxa de Carregamento de até 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios.

O Conselho Deliberativo da Funcorsan estabeleceu como limite para o exercício de 2021, o 1º limitador – Taxa de Administração - o Conselho fixa em 0,68% o limite percentual incidente sobre os Recursos Garantidores das Reservas Técnicas do Plano de Benefícios BD 001.

1.7. Considerações sobre o Impacto da Covid19

O Ano de 2021 apresentou impactos significativos nas atividades da Funcorsan e no resultado dos Planos de Benefícios em decorrência da pandemia do COVID-19. Os principais impactos por área de atuação da Funcorsan em decorrência dos decretos de calamidade pública e restrição de circulação editados nas diferentes instâncias governamentais devido a pandemia, sem prejuízo àqueles já referido anteriormente:

- I. **Administrativa** – Houve a necessidade da continuidade do trabalho a distância (home office) de todos funcionários e atividades da Funcorsan. O atendimento presencial, por sua vez, foi suspenso, porém os demais canais de comunicação com os participantes e assistidos foram mantidos. A comunicação aos participantes permaneceu ativa nos canais digitais e redes sociais. As reuniões dos órgãos de governança e gestão foram realizadas por vídeo conferência com suporte de ferramentas de gestão colaborativa e assinatura eletrônica. O envio de informações e cumprimento de prazos com os órgãos de fiscalização e regulação foram atendidos de acordo com os normativos emanados por estes. A otimização da comunicação digital, redução das operações presenciais, diminuição da manutenção da estrutura física, entre outras reduções de despesas geraram uma economia de 18,79%, em referência às despesas totais previstas no Orçamento Anual do exercício de 2021, equivalente ao montante de R\$ 2.373 mil (Dois milhões trezentos e setenta e três mil reais).
- II. **Seguridade** – As atividades de cadastro, concessão, cobrança e cálculo de folha de pagamento, foram realizadas de acordo com o cronograma previsto, sendo que houve a necessidade de adequar o processo de envio e recebimento de documentos dos participantes e assistidos, migrando da forma física para digital. Para que não houvesse prejuízo aos assistidos, foi transferido para o mês de dezembro/2021 o início do processo de prova de vida, com a adoção de processo eletrônico.
- III. **Financeiro** – O fluxo de pagamento de benefícios e créditos referentes a concessão ou renovação de empréstimos permaneceu inalterado, bem como o pagamento das demais despesas obrigatórias da EFPC.

IV. **Investimentos** – A Entidade identificou impactos nas demonstrações contábeis do exercício social de 2021 causados pelo cenário desafiador que se mostrou durante todo o ano para a economia mundial e local. O monitoramento dos impactos potenciais nos resultados de 2022 segue de forma atenta ao mercado. Após 2020 ser marcado como o ano da pandemia de Covid-19, onde muitos achavam que poderia ser o fim da pandemia e a volta do otimismo quanto a uma retomada rápida das economias se consolidava através das vacinas já disponíveis ao final do referido ano, 2021 veio para derrubar todas essas expectativas iniciais. No mundo a vacinação se mostrou mais lenta que o esperado, apesar disso, foi através das vacinas que as economias começaram, ainda que lentamente, o processo de retomada das atividades. Variantes do vírus Covid-19 como Delta e Ômicron trouxeram mais apreensão a um cenário de desconfiança. Globalmente o cenário já se mostrava desafiador, e internamente esse cenário intensificou-se consolidou de forma mais intensa. No Brasil a inflação já dava sinais de aceleração, logo em janeiro, com a maior alta para o mês em seis anos. Diante disso o Banco Central decidiu intervir através do aumento da Selic. Ao final de 2021 o índice IPCA terminou com acumulado de 10,06%, bem acima da meta que era de 3,75%, e a taxa Selic terminou o ano em 9,25%. Diante do exposto, os ativos financeiros no mercado internacional e nacional foram impactados consideravelmente e, por consequência, também os investimentos da Funcorsan. Esta baixa rentabilidade, associada ao fluxo de pagamentos, reduziu o valor de patrimônio contabilizado do plano administrado pela FUNCORSAN em relação a 31 de dezembro de 2021. A rentabilidade acumulada do plano de Benefícios se mostrou abaixo das metas aprovadas na Política de Investimentos do exercício, afetando a situação atuarial apresentada no exercício de 2021. Contudo, tendo como referência outras situações de volatilidade do mercado financeiro já vivenciadas no passado recente e, ainda, o fato de a gestão dos investimentos da Entidade estar voltada para o longo prazo, a capacidade de reversão dos resultados desfavoráveis de 2021 se mostra factível. No segmento de empréstimos, foram flexibilizadas, por determinado período de tempo, as condições para repactuação (reduzindo o percentual de parcelas pagas de 50% para 30%), oportunizando aos participantes a adequação dos valores das parcelas a sua renda ou retirada de quantias adicionais. No segmento de imóveis, os impactos foram a desocupação de algumas unidades e a necessidade de postergação de reajustes ou redução temporária do valor de aluguéis. Importante ressaltar que parte de nosso patrimônio esteve alocado em Títulos Públicos Federais – NTN-B's com marcação a vencimento, que é de longo prazo, e que minimizou de forma significativa o impacto na carteira de investimento, apesar das precificações ocorridas nos Títulos Públicos Federais, que estão marcados a mercado. A carteira de investimentos da Funcorsan não apresentou nenhum desenquadramento.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Apresentação

A forma de apresentação das Demonstrações Contábeis e as normas para registro das operações da Funcorsan são determinadas pelas seguintes legislações:

- Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020;
- Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021;
- Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril 2018, disciplinada pela Instrução Normativa - IN nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações;
- Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 e alterações posteriores;

- Pronunciamentos Técnicos, Instruções e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC - quando aplicável.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- I. Balanço Patrimonial (BP):** Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pela Funcorsan, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.
- II. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS:** é uma demonstração consolidada e destina-se a evidenciar as mutações dos componentes do Patrimônio Social, no exercício a que se referir e discriminam os recursos, adições e deduções, que contribuíram para o seu aumento e diminuição, e saldos dos grupos de contas do Patrimônio Social.
- III. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMALPB:** Esse demonstrativo apresenta a mutação do Plano de Benefício da Funcorsan, sem a participação do Plano de Gestão Administrativa – PGA. O ativo líquido apresentado no início e no final do exercício representa o valor do patrimônio de cobertura do plano apresentado no Balanço. O DMALPB destina-se a evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios.
- IV. Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB:** Esse demonstrativo apresenta a destinação do patrimônio social do ativo, demonstrando a composição do ativo líquido após o abatimento das obrigações. O ativo líquido de um plano de benefícios é o valor resultante da subtração do ativo total menos o passivo e fundos não previdenciais. Sua apuração tem como objetivo possibilitar a avaliação do grau de cobertura dos compromissos atuariais do plano, representados pelas provisões (reservas) matemáticas, fundos previdenciais e pelo ativo líquido. As informações complementares correspondem ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, calculado

considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observando a legislação vigente. O valor apresentado como Equilíbrio Técnico Ajustado, é o valor de referência para análise do grau de solvência e parâmetro para definição da necessidade e valor de possível equacionamento, nos termos das Instruções Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015 e Previc/DC nº 10 de 30 de novembro de 2018.

- V. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado):** Apresenta de forma consolidada as contas de resultado, das movimentações da Gestão Administrativa da Entidade. Nele verificam-se as origens dos recursos e a composição dos gastos administrativos, demonstrando a sobra ou insuficiência do mesmo e a avaliação das alterações ocorridas no Fundo Administrativo do Programa de Gestão Administrativa.
- VI. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPTP:** O demonstrativo evidencia a totalidade dos compromissos do plano de benefícios com seus participantes e assistidos, representados pelas provisões (reservas) matemáticas, a insuficiência ou excesso de recursos representado pelo equilíbrio técnico, o saldo dos fundos previdenciais, bem como as obrigações operacionais e contingenciais.

2.2. RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA DE 2020:

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábeis e demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: “Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas”.

Os principais ajustes realizados para atendimento aos preceitos legais estão descritos a seguir.

2.2.1. Balanço Patrimonial Consolidado - BP

Em conformidade com a obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, a instrução apresenta nova nomenclatura para as contas patrimoniais sem alteração da essência dos registros contábeis, no Balanço de 2021, identificamos as seguintes alterações:

DE PARA	
INSTRUÇÃO SPC 34 / 2009	IN PREVIC 31 / 2020 - Alterada pela IN nº44 / 2021
ATIVO	
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES
PERMANENTE	IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
PASSIVO	
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Reclassificação da conta “software” (1.03.01.01.01.05) do grupo Imobilizado para a conta “software” (1.03.02.01.01) do grupo Intangível. Por se tratar de transferência entre rubricas dentro do grupo “Imobilizado e Intangível” patrimonial, não ocorreram reflexos no patrimônio consolidado da Entidade. Não ocorreram outras movimentações a efeito das alterações da legislação, na demonstração Balanço Patrimonial

2.2.2. Demonstração da Mutaç o do Patrim nio Social Consolidada - DMPS

A DMPS a legisla o demandou apresenta o com algumas informa es anal ticas, que refletiram na demonstra o de 2021 e 2020, em forma de segregac o da informa o sem a altera o do resultado, assim identificadas.:

DMPS - 2020			
INSTRUÇÃO SPC 34 / 2009	2020	IN PREVIC 31 / 2020 - Alterada pela IN nº44 / 2021	2020 Reclassificado
2. Destinações	(333.884)	2. Destinações	(333.807)
(-) Benefícios	(193.136)	(-) Benefícios	(187.219)
		(-) Portabilidade / Resgates	(5.779)
		(-) Perdas Estimadas	-
		(-) Outras Destinações	(138)

A reclassifica o realizada n o alterou o valor das destina es totais nem do Patrim nio Social no exerc cio social de 2020. N o ocorreram outras movimentac es a efeito das altera es da legisla o, na Demonstrac o da Muta o do Patrim nio Social Consolidada.

2.2.3. Demonstrac o da Muta o do Ativo L quido do Plano de Benef cio - DMALPB

A DMALPB a legisla o demandou apresenta o com algumas informa es anal ticas, que refletiram na demonstra o de 2021 e 2020, em forma de segregac o da informa o sem a altera o do resultado, assim identificadas:

DMALP - 2020			
INSTRUÇÃO SPC 34 / 2009	2020	IN PREVIC 31 / 2020 - Alterada pela IN nº44 / 2021	2020 Reclassificado
2. Destinações	(209.173)	2. Destinações	(209.173)
(-) Benefícios	(193.136)	(-) Benefícios	(187.219)
		(-) Portabilidade / Resgates	(5.779)
		(-) Perdas Estimadas	-
		(-) Outras Destinações	(138)

A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações totais nem do Ativo Líquido no exercício social de 2020. Não ocorreram outras movimentações a efeito das alterações da legislação, na Demonstração da Mutaç o do Ativo Líquido por Plano de Benefício.

2.2.4. Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefício - DALPB

A DALPB apresentada no Balanço de 2021 em comparação com exercício de 2020, não evidenciou na demonstração reclassificação para as contas demonstradas. Salvo a nomenclatura da conta FUNDOS DOS INVESTIMENTOS até 2020, para FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES a partir de 2021. Não ocorreram outras movimentações a efeito das alterações da legislação, na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefício.

2.2.5. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado):

Até o exercício social de 2020 a os valores das despesas administrativas eram apresentadas de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, Comuns e Específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais, nem no Saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

DPGA - 2020			
INSTRUÇÃO SPC 34 / 2009	2020	IN PREVIC 31 / 2020 - Alterada pela IN nº44 / 2021	2020 Reclassificado
2. Despesas Administrativa	(10.580)	2. Despesas Administrativas	(10.580)
2.2 Administração dos Investimentos	(4.268)	2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(10.580)
Pessoal e Encargos	(2.759)	Pessoal e Encargos	(7.018)
Treinamentos / Congressos e Seminários	(13)	Treinamentos / Congressos e Seminários	(28)
Viagens e Estadias	(1)	Viagens e Estadias	(3)
Serviços de Terceiros	(970)	Serviços de Terceiros	(2.278)
Despesas Gerais	(404)	Despesas Gerais	(943)
Depreciações e Amortizações	(74)	Depreciações e Amortizações	(190)
Tributos	(47)	Tributos	(120)
2.1 Administração Previdencial	(6.312)		
Pessoal e Encargos	(4.259)		
Treinamentos / Congressos e Seminários	(15)		
Viagens e Estadias	(2)		
Serviços de Terceiros	(1.308)		
Despesas Gerais	(539)		
Depreciações e Amortizações	(116)		
Tributos	(73)		

2.2.6. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício - DPTP

A DPTP apresentada no Balanço de 2021 em comparação com exercício de 2020, não evidenciou na demonstração reclassificação para as contas demonstradas. Salvo a nomenclatura da conta FUNDOS DOS INVESTIMENTOS até 2020, para FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES a partir de 2021. Não ocorreram outras movimentações a efeito das alterações da legislação, na Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A estrutura da planificação padrão contábil das Entidades Fechadas de Previdência Complementar reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observa as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, de tal maneira que proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade ao item 63 da NBC TG 26.

A escrituração contábil dos Planos de Benefícios é inteiramente segregada, permitindo a apuração de resultados por Planos de Benefícios. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de reais de forma consolidada, por Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Os principais valores ativos e passivos estão demonstrados como segue:

3.1. Apuração do Resultado:

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimentos, bem como as variações patrimoniais são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

3.2. Ativo disponível:

Representado pelos valores de realização. Destina-se ao registro das disponibilidades existentes em caixa e bancos.

3.3. Ativo realizável:

Composto pelas seguintes gestões:

a) Gestão Previdencial: Composta pelas contribuições do mês e pelos contratos firmados com a Patrocinadora Corsan. Representados pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, diminuídos de provisão para perdas. Adicionalmente registra os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências da Gestão Previdencial.

b) Gestão Administrativa: A gestão administrativa registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade. Reconhece contabilmente os recursos a receber referentes às contribuições para o custeio administrativo previsto na avaliação atuarial, outros direitos a receber e provisões da gestão administrativa.

A apuração da participação do plano de benefício no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

- i. A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será proporcional à participação no Fluxo de Investimentos mensais do Plano de Benefício BD nº 001 da Funcorsan;
- ii. Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos da taxa de carregamento sobre as contribuições dos participantes e patrocinadores, e os créditos oriundos da taxa administrativa para cobertura das despesas de investimentos ser reconhecidos nas Receitas Administrativas no Plano de Gestão Administrativas.
- iii. A totalidade das despesas será reconhecida na Gestão Administrativa/Despesas/Administração dos Planos Previdenciais, conforme a execução orçamento aprovado para o exercício, deduzidas as receitas administrativas. O resultado mensal será debitado/creditado no Fundo Administrativo;
- iv. As despesas administrativas com contingências jurídicas da Gestão Administrativa serão reconhecidas e deduzidas da participação do Fundo Administrativo;
- v. As despesas administrativas específicas da gestão de investimentos serão suportadas pelo custeio administrativo dos investimentos, com custos determinados na legislação.

c) Investimentos: Composto pelas seguintes modalidades de investimentos:

I. Fundos de Investimentos: Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do Balanço, demonstrados pelo seu valor de mercado, diminuído de provisão para perdas conhecidas.

II. Investimentos Imobiliários: avaliados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Integram ainda os “Investimentos Imobiliários”, em conformidade com a legislação específica, os créditos decorrentes de vendas a prazo de imóveis da Funcorsan, registrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e diminuídas das provisões para perdas na realização, até o valor de mercado para imóveis em discussão judicial, e pelos valores em inadimplência para os créditos que não se encontram em discussão judicial. A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos imobiliários é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias em atraso, atendendo o disposto na Instrução PREVIC nº31 de 20 de agosto de 2020; Capítulo IV – Provisões para Perdas; Art. 19.

III. Operações com participantes: registrados pelo valor principal acrescido dos encargos contratuais incorridos até a data do encerramento das Demonstrações Contábeis, e líquidos de provisão para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos que se encontram em discussão judicial e parcelas vencidas em atraso.

IV. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD: A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto nos critérios estabelecidos na Instrução PREVIC nº31 de 20 de agosto de 2020, bem como avaliações

da administração quanto ao risco de perda dos ativos. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- a) provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- b) provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- c) provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- d) provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- e) provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- f) provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- g) provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

3.4. Imobilizado e Intangível:

Registra o valor de bens e direitos imobilizados, além de recursos em despesas que contribuirão para formação do resultado de mais de um exercício. Os itens do ativo Imobilizado e Intangível estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações ou amortizações. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais apresentadas a seguir:

Valores Expressos em R\$ Mil

Imobilizado e Intangível	Taxa Anual Depreciação	Custo Inicial	Aquisições	Baixas	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Saldo Final 2021	Saldo Final 2020
Instalações	10%	179	11	-	190	(122)	68	69
Móveis e Utensílios	10%	192	-	-	192	(170)	23	58
Máquinas e Equipamentos	10%	176	1	-	177	(126)	51	62
Computadores e Periféricos	20%	599	114	-	713	(464)	249	221
Total Imobilizado		1.146	126	-	1.272	(882)	391	379
Software	20%	858	83	(40)	900	(729)	171	191
Total do Intangível	20%	858	83	(40)	900	(729)	171	191
Total Imobilizado e Intangível		2.004	209	(40)	2.172	(1.611)	562	570

3.5. Passivo exigível operacional:

Representa as obrigações incorridas e contratadas, assim como as provisões para cobertura de riscos.

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	2021	2020
Gestão Previdencial	37.548	26.173
Benefícios a Pagar	2.756	2.729
Retenções a Recolher	2.137	1.719
Outras Exigibilidades	32.655	21.725
Gestão Administrativa	1.724	1.740
Contas a Pagar	1.305	1.331
Retenções a Recolher	233	222
Outras Exigibilidades	186	187
Investimentos	989	865
Fundos de Investimento	38	3
Investimentos Imobiliários	366	302
Empréstimos e Financiamento	29	30
Relacionado com o Disponível	63	7
Outras Exigibilidades	493	523

*Benefícios a Pagar – Valor correspondente a Pecúlios a pagar que aguardam a habilitação dos beneficiários.

3.5.1. Outras exigibilidades:

Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação “Outros (as)”, que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2021	2020
Gestão Previdencial - Exigível		
Outras Exigibilidades	32.655	21.725
Transitória (Taxa Administrativa Previdenciária para o PGA)	441	1.251
Créditos a devolver	24	8
Resgate -Inscrição Cancelada Sem Rescisão	32.190	20.466

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2021	2020
Gestão Administrativa - Exigível		
Outras Exigibilidades	186	187
Farmácia	1	1
Pensão Judicial	-	1
Plano de Saúde/Assistência Médica e Ocupacional	55	47
Seguro e Consignações	1	1
INSS a recolher - Terceiros	1	1
Contribuição Patrocinadora Funcorsan	88	96
Desconto empréstimos folha a repassar	7	8
Aluguel e Encargos a pagar para o Plano	33	32
Investimentos - Exigível		
Outras Exigibilidades	481	523
Custeio Administrativo dos Investimentos	481	523
Cobertura da Gestão Administrativa dos Investimentos	439	448
Transferência Taxa Administrativa dos Empréstimos	42	75

3.5.1.1. Resgate – Inscrição Cancelada Sem Rescisão

Segregamos os valores relativos as Reservas de Poupança não resgatadas dos participantes que possuem sua inscrição cancelada junto ao plano de benefícios BD001 e continuam a manter o vínculo empregatício com a Patrocinadora. Após a segregação o registro da movimentação e a atualização dos valores, pelo índice INPC, ocorre mensalmente, perfazendo em 2021 o total de R\$ 32.190.

3.6. Exigível contingencial:

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas relativas a questões de origem Previdencial, Administrativa e de Investimentos mantidas contra a Funcorsan, podendo vir a gerar ou não o desembolso pela Entidade. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das

provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados responsáveis dos processos.

3.7. Patrimônio de Cobertura do Plano:

Constituído com base em Nota Técnica Atuarial, incluindo benefícios concedidos e a conceder e o Equilíbrio Técnico, com base no Plano de Benefícios da Entidade.

3.8. Fundos:

Registram os resultados acumulados obtidos pela Entidade nos Fundos Administrativos e de Investimentos.

3.9. Recursos do Plano de Gestão Administrativa – PGA:

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na Gestão Previdencial e transferidos desta para a Gestão Administrativa para cobertura das despesas administrativas.

4. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Pode ser demonstrado da seguinte forma:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2021	2020
Realizável - Gestão Previdencial	52.843	32.056
<u>Recursos a Receber</u>	<u>30.686</u>	<u>10.440</u>
Contribuições do mês	9.378	6.640
Contribuições em atraso	4.623	3.710
Contribuições sobre o 13º salário	134	90
Contribuições contratadas com Patrocinadora -Déficit Equacionado Ano Base 2020	16.529	-
Outros recursos a receber – Recuperação de Benefício	22	-
<u>Adiantamentos</u>	<u>100</u>	<u>63</u>
<u>Depósitos Judiciais/Recursois</u>	<u>22.057</u>	<u>21.553</u>

4.1. Contribuições em atraso

Os montantes registrados na conta provêm relevantemente da realização da cobrança dos recursos necessários à Recomposição das Reservas Matemáticas de participantes que obtiveram a revisão judicial de seus benefícios, ou a inscrição de novos Beneficiários após o Participante ter entrado em gozo de Aposentadoria, conforme previsto no Regulamento do Plano de Benefícios BD nº 001 da Funcorsan.

Registramos ainda, em decorrência do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com a Previc em 10 de junho de 2014, o valor de R\$ 37.867 mil referente à cobrança da Patrocinadora Corsan,

relativo ao equacionamento de déficit originado em 31 de dezembro de 2008, conforme disposto na Ata nº 519/2014 do Conselho Deliberativo, Encaminhamento Padrão Previc nº 100/2014 e Parecer da Mirador Atuarial nº 315/2015. Ainda, efetuamos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em setembro de 2016, conforme registrado na Ata nº 680/2016 da Diretoria Executiva, a qual se encontra em cobrança da dívida via judicial. O total do valor ajuizado encontra-se em 100% (cem por cento) provisionado.

4.2. Operações Contratadas

A composição dos saldos é a que segue:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2021	2020
Déficit Técnico Contratado	16.529	-
<u>Instrumentos com Cláusulas Financeira e Atuarial</u>	<u>16.529</u>	-
Déficit Equacionado 2020	16.529	-

Déficit Equacionado 2020: Em atendimento ao artigo 22 da Instrução PREVIC nº 31/2020, a entidade reconheceu a parcela de responsabilidade da patrocinadora Corsan quanto ao plano de equacionamento de 2020. Conforme Of. nº 1267/2021 – GP - CORSAN de 15/07/2021 e Ata 912/2021 de 19/07/2021 da Diretoria Executiva, em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido o valor a receber de R\$ 16.529, de acordo com as provisões matemáticas de dezembro/2021.

5. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Pode ser demonstrado da seguinte forma:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2021	2020
<u>Realizável - Gestão Administrativa</u>	<u>2.746</u>	<u>2.882</u>
Contas a receber	922	1.773
Despesas antecipadas	95	74
<u>Depósitos Judiciais/ Recursais</u>	<u>1.727</u>	<u>1.035</u>
Depósitos Judiciais Recursais	248	248
Depósitos Judiciais Pis e COFINS	1.479	2.882
Outros Realizáveis - Impostos a recuperar	<u>2</u>	-

Registra os recebíveis inerentes à gestão administrativa da Entidade, tais como os decorrentes da folha de pagamento de empregados, os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências do Plano de Gestão Administrativa e a taxa de administração e carregamento, e demais direitos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de

Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

A Fundação Corsan está sujeita à tributação do PIS e da COFINS, nos termos da Lei 9.718/1998. Por haver divergências da gestão quanto a incidência desta cobrança, no exercício de 2019, a entidade iniciou o depósito através da via judicial, com fulcro na ação que discute a cobrança do PIS e da COFINS no custeio administrativo.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas (previdencial, investimentos e diretas), pelo resultado positivo ou negativo dos investimentos do PGA, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

5.1. Custeio Administrativo

O percentual para o custeio administrativo é determinado pelo Conselho Deliberativo, com o efetivo acompanhamento realizado pelo atuário responsável pelo Plano através do Demonstrativo Atuarial, para cobertura das despesas administrativas da Entidade. De acordo com a Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, as fontes de custeio estão determinadas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA. As despesas comuns são rateadas mediante critério definido pela atividade de cada gestão, no evento de aprovação do orçamento anual.

O Conselho Deliberativo da Funcorsan estabeleceu como limite para o exercício de 2021, o 1º limitador – Taxa de Administração - o Conselho fixa em 0,68% o limite percentual incidente sobre os Recursos Garantidores das Reservas Técnicas do Plano de Benefícios BD 001. Para realização das receitas administrativa definiram os percentuais para o exercício de 2021, a Taxa de Carregamento Previdencial de 7% (8% até abril/2021) sobre a base das receitas de contribuições dos Ativos e a Taxa de Administração dos Investimentos de 0,30% sobre a base dos Recursos Garantidores da Reservas Técnicas.

No exercício de 2021 o montante de recursos destinados ao Plano de Gestão Administrativa foi de R\$ 12.250 mil (R\$ 11.847 mil em 2020), realizando uma Taxa de Administrativa de 0,64% (0,60% em 2020), realizando as despesas abaixo do limite legal, que corresponde ao percentual de 1% sobre os Recursos Garantidores das Reservas Técnicas.

5.2. Resultado dos investimentos do PGA

No exercício de 2021, a Funcorsan elaborou a Política de Investimentos do PGA, onde alocou 100% dos recursos do Fundo Administrativo em Fundos de Renda Fixa, em conjunto ao Plano de Benefícios, sendo vedada a aplicação nos segmentos de imóveis e empréstimos – na composição da carteira do PGA. As aplicações do PGA permaneceram em conjunto com as do Plano de Benefícios, segregadas por cotas de participação, sendo o controle realizado por carteiras independentes no sistema de custódia e movimentações realizadas através de contas CETIP independentes. A rentabilidade mensal para os Planos é apurada pela variação diária de cotas.

No exercício de 2021, o resultado dos investimentos alcançou a Rentabilidade Global de 6,17%, receita líquida de R\$ 549 mil (R\$ 1.038 mil em 2020), para o Programa de Gestão Administrativa, refletindo diretamente na constituição de Fundo Administrativo do Plano.

6. REALIZÁVEL – APLICAÇÕES DE INVESTIMENTOS

Os limites de investimentos da Entidade são estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, do Conselho Monetário Nacional, que consolida o Regulamento que disciplina a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Com base neste Normativo é elaborada anualmente a Política de Investimentos, que rege a gestão e alocação dos recursos da EFPC.

6.1. Rentabilidade Global

No ano de 2021, no que se refere ao desempenho dos investimentos, o Fundo Garantidor da Funcorsan atingiu o resultado em 2,29%, versus a Meta Atuarial de 15,66%.

No exercício de 2021 foi realizada a constituição de EXIGÍVEL CONTINGENCIAL INVESTIMENTOS no montante de R\$ 11.715 mil. Estes valores que impactaram diretamente na apuração da rentabilidade da carteira de investimentos no decorrer do exercício foram realizados em decorrência majoritariamente da Ação revocatória movida pela Massa Falida de *Confidelitty Asset Management Ltda* contra a Entidade em decorrência de operações realizadas entre as partes com derivativo de dólar em período pretérito e que se encontra em discussão judicial. Também impactaram os valores contingenciados em decorrência de ações revisionais de empréstimos ajuizadas pelos participantes mutuários.

O fluxo dos investimentos é calculado considerando as variações positivas e negativas pelos segmentos de Renda Fixa, Multimercado, Investimento Estruturado, Imobiliário e Empréstimos ao longo do ano.

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2021	2020
Fluxo de Investimentos	39.531	226.085
Rendas/Variações Positivas	179.275	388.365
Deduções/Variações Negativas	(120.454)	(135.693)
Contingências Judiciais	(13.610)	(22.218)
Despesas Administrativas	(5.832)	(4.267)
Fundos de Investimentos	152)	(102)

A distribuição dos investimentos é a seguinte:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2021	2020
Títulos Públicos Federais	186.275	-
Ativos Financeiros de Crédito Privado	-	-
Debêntures Não Conversíveis	2.862	2.862
(-) Provisão para perdas	(2.862)	(2.862)
Fundos de Investimentos	1.691.540	1.902.993
Fundo de Renda Fixa	1.047.246	1.346.767
Fundo de Ações	148.496	189.922
Fundo Referenciado em Ações (ETF)	27.070	31.102
Fundo de Investimento em Participações - FIP	4.785	4.140
Fundo Multimercado Renda Fixa	229.622	138.291
Fundo Multimercado Estruturado	201.923	192.771
Fundo de Investimento no Exterior	32.398	-

6.2. Companhias Fechadas

Trata-se da aquisição de 800 debêntures emitidas em 1991, pela SDV-Administradora de Shopping Center S/A, com garantia da DHB – Indústria e Comércio S/A. Com o descumprimento dos resgates, em 2002 foi realizado o ingresso de ação judicial de cobrança, o que motivou o provisionamento para perdas em 100% do ativo.

A Funcorsan move processo Judicial contra SDV Administradora de Shopping Center S/A e DHB Indústria e Comércio (cujo valor da causa é R\$ 29.565 mil (posição em 10/04/17 - prognóstico perda possível). Sobreveio, no processo, a suspensão do feito, em razão da apresentação de Embargos de Terceiros opostos por Companhia Zaffari Comércio e Indústria, adquirente dos imóveis penhorados em favor da Entidade. Os referidos Embargos de Terceiro foram contestados pela Fundação em novembro/2021, feito ainda não sentenciado.

6.3. Fundos de Investimentos

Em dezembro de 2021, a carteira dos Fundos de Investimentos da Funcorsan estava composta da seguinte maneira: um Fundo de Renda Fixa, dois Fundos Multimercados, dois Fundos de Fundos, quatro índices de mercado (ETF), dois fundos de Ações Investimento no Exterior e cotas do Empreendedor Brasil Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações – FIP

6.3.1 Renda Fixa: O Fundo Quaraí – Fundo Exclusivo de Investimentos em Renda Fixa, representa aproximadamente 54,41% do Fundo Garantidor da Entidade. O fundo é composto em sua totalidade por Notas do Tesouro Nacional, possui ativos precificados de característica “mantidos até o vencimento” (MtC) e “títulos para negociação” (MtM). Os ativos “mantidos até o vencimento” seguem a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, pressupondo a manutenção em carteira até o vencimento final dos títulos. A manutenção destes títulos até o vencimento está consubstanciada na capacidade financeira da Funcorsan de cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis. Já os ativos classificados como “títulos para negociação” estão em consonância aos termos da Resolução CNPC N°

37/2020, artigo 34, item II, pela qual dispõe sobre as regras de reclassificação de títulos públicos. A partir de novembro de 2021 foram realizadas aquisições de títulos públicos em carteira própria. Ao final do ano esses títulos representavam 9,73% do Fundo Garantidor.

6.3.2 Multimercado: Os Fundos Safra Piratini e Bahia Jaguarão – são fundos exclusivos que possuem em suas carteiras tanto ativos de renda fixa, quanto ativos de renda variável, podendo adotar a melhor estratégia de acordo com o cenário econômico. O fundo Piratini representa cerca de 6,86% do Fundo Garantidor e seu benchmark é composto de 80% IMA-B e 20% CDI. Já o fundo Jaguarão tem como objetivo uma gestão ativa em relação ao índice IMA-B 5+ e sua representatividade em relação ao Fundo Garantidor é de 5,07%.

6.3.3 Renda Variável: O fundo de fundos (FOF) BV Sinos FI Ações foi criado em 05/05/2020 e comporta cotas dos seguintes fundos: Sul América Selection FIC Ações, Oceana Selection FIA, Oceana Valor FIC FIA, Constellation Institucional FIC Ações, BTG Pactual Absoluto Inst. FIC Ações, Itaú Dunamis FIC FIA e Bogari Value FIC FIA – são fundos não-exclusivos, compostos por ativos expostos à variação de preços de ações de emissão de Companhias Abertas, que visam a diversificação da estratégia de investimento da Funcorsan. Além dos fundos citados anteriormente a Funcorsan possui investimentos em índices de mercado, mais conhecidos como ETF (exchange traded fund), são eles: ETF Ishares Small (SMAL11), ETF Bradesco IBOV (BOVB11) e ETF Ishares IBOV (BOVA11). O segmento de renda variável em sua totalidade representa cerca de 9,12% do Fundo Garantidor. Em 2021 também se iniciou aportes no segmento de Renda Variável no Exterior em carteira própria. Os aportes foram destinados aos fundos Itaú Mercados Emergentes Investimento no Exterior FIC Ações e Itaú World Equities Investimento no Exterior FIC Ações, além do ETF ISHARES S&P 500 Investimento no Exterior Fundo de Investimento em cotas de Fundo de índice – IVVB11. Este segmento totaliza 1,68% do Fundo Garantidor.

6.3.4 Investimentos Estruturados: O fundo de fundos (FOF) Votorantim Uruguai FIC Multimercado foi criado em 05/05/2020 e comporta cotas dos seguintes fundos: Legacy Capital II FIC Multimercado, Apex Equity Hedge FI Multimercado, Kapitalo Kappa FIN FIC FIM, Itaú Hedge Plus FIC FIM, JGP Strategy Estruturado FIC FIM, Genoa Capital Radar VT FIC Multimercado, BTG Pactual Absoluto LS FIC, Kinea Atlas FI Multimercado, Kapitalo Zeta FIC Multimercado e Gávea Macro FIC Multimercado - têm como característica possuir investimentos que envolvam estratégias globais, principalmente, nos mercados de juros, índices de preços, taxas de câmbio, commodities, ações e derivativos. Estes fundos representam 10,49% do Fundo Garantidor da Entidade. Também está classificado neste segmento de estruturados, o Empreendedor Brasil Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações – FIP, representando 0,25% do Fundo Garantidor da Entidade.

6.4. Ativos Por Vencimento

Em dezembro de 2021, a carteira dos Fundos de Investimentos da Funcorsan estava composta da seguinte maneira: um Fundo de Renda Fixa, dois Fundos Multimercados, dois Fundos de Fundos, quatro índices de mercado (ETF), dois fundos de Ações Investimento no Exterior e cotas do Empreendedor Brasil Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações – FIP:

Modalidade	Valores Expressos em R\$ Mil	
	Mercado 2021	Mercado 2020
1) Renda Fixa	1.459.358	1.480.070
a) Aplicações em instituições financeiras:	1.459.358	1.480.070
Fundos de Investimentos - Abertos ou Exclusivos	1.459.360	1.480.070
Sem prazo	53.517	76.698
Operações compromissadas - Adelic	53.517	76.698
Até 30 dias	(143)	(76)
Contas a pagar / Receber / Tesouraria	(143)	(76)
Acima de 90 dias	1.405.984	1.403.448
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	12.481	45.499
Letras Tesouro Nacional – LTN	-	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	-	10.288
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	1.393.503	1.347.661
2) Renda Variável	208.793	226.013
a) Mercado à Vista	208.793	226.013
Fundos de Investimentos Abertos/Exclusivos	205.738	221.024
Fundos de Investimentos Exclusivos	3.055	4.989
3) Investimentos Estruturados	209.665	196.910
a) Fundos de Investimentos	209.665	196.910
Fundos de Investimentos Estruturados	209.665	196.910
Total dos Fundos de Investimentos	1.877.816	1.902.993

Relativa à Renda Variável, a maior parte dos investimentos está alocada nos seguintes setores: mineração, produtos de uso pessoal e de limpeza, serviços financeiros, energia elétrica e petróleo, gás e biocombustíveis.

6.5. Títulos Públicos

A partir de novembro de 2021, após verificação de capacidade operacional, iniciou-se a alocação em carteira própria de Títulos Públicos Federais (Notas do Tesouro Nacional série B) para manutenção dos mesmos até seu vencimento (MtC). O valor de aquisição no ano foi de R\$ 185.018 mil (Cento e oitenta e cinco milhões e dezoito mil reais).

7. INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS

A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos em imóveis da Funcorsan:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2021	2020
Investimentos em Imóveis	81.312	80.490
Terrenos	-	2.800
Aluguéis e Renda uso próprio	2.811	2.969
Aluguéis e Renda locados a patrocinador	1.390	1.414
Aluguéis e Renda locados a terceiros	74.423	73.712
Direito em Aliações de Imóveis e Terrenos	9.509	5.553
(-) Perdas Estimadas – Investimento em Imóveis	(6.821)	(5.958)

7.1. Terrenos

Os três terrenos situados a Rua Francisco Petuco, 252, 260 e 270, foram vendidos em dezembro de 2021, e recebidos na data da assinatura do contrato de compra e venda o valor equivalente a 10% da transação e o valor remanescente corrigido monetariamente pelo IPCA até a data do pagamento, a ser pago na data de assinatura da escritura definitiva de compra e venda, sem prazo definido, tendo em vista as condições resolutivas pactuadas. Os terrenos não contabilizam mais o saldo patrimonial da carteira. A venda dos terrenos apresentou variação positiva de 19% em relação ao seu valor patrimonial contabilizado em dezembro de 2021. A seguir apresentamos o demonstrativo com os valores:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	Valor R\$	
Alienação	3.100	
Valor contábil Terrenos	(2.614)	
Lucro	486	

7.2. Reavaliação de imóveis

Os imóveis devem ser reavaliados pelo menos a cada três anos ou anualmente de acordo com o item 19, letras “h” e “k” do Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e item 21 da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas – Variações Positivas” ou “Deduções – Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir. Demonstramos, no quadro a seguir, as reavaliações reconhecidas no exercício de 2021:

Valores Expressos em R\$ Mil

LOCADOS A PATROCINADORA							
Status ocupação	Quantidade	Custo Anterior	Reavaliação Anual 2021	Diferença R\$	Variação %	Valor contábil dezembro/2021	Empresa Reavaliação
ocupado	1	1.171	1.096	(75)	(6,40%)	1.096	CONENGE CNPJ: 92.136.704/0001-04

Valores Expressos em R\$ Mil

LOCADOS USO PRÓPRIO							
Status ocupação	Quantidade	Custo Anterior	Reavaliação Anual 2021	Diferença R\$	Variação %	Valor contábil dezembro/2021	Empresa Reavaliação
Ocupado	6	2.937	2.777	(160)	(5,45%)	2.777	CONENGE CNPJ: 92.136.704/0001-04

Valores Expressos em R\$ Mil

LOCADOS A TERCEIROS							
Status ocupação	Quantidade	Custo Anterior	Reavaliação Anual 2021	Diferença R\$	Variação %	Valor contábil dezembro/2021	Empresa Reavaliação
Desocupado	12	58.418	60.250	1.832	3,14%	60.250	CONENGE CNPJ: 92.136.704/0001-04
Ocupado	28	14.818	13.706	(1.112)	(7,50%)	13.706	CONENGE CNPJ: 92.136.704/0001-04

Valores Expressos em R\$ Mil

TERRENOS							
Status ocupação	Quantidade	Custo Anterior	Reavaliação Anual 2021	Diferença R\$	Variação %	Valor contábil dezembro/2021	Empresa Reavaliação
Desocupado	3	2.800	2.614	(186)	(6,64%)	-	CONENGE CNPJ: 92.136.704/0001-04

7.3. Aluguéis e Renda de Uso próprio

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados para uso próprio. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, atualizados através de reavaliações periódicas, e/ou na ocorrência de propostas de compra. Esses imóveis são rentabilizados através de aluguel pelo Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme orientações da legislação aplicável em vigor. No exercício de 2021, o aluguel foi corrigido conforme critério alinhado ao mercado imobiliário com previsões anuais de correção monetária, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Valores Expressos em R\$ Mil

Situação	Locados p/Usos próprios			
	2021		2020	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	6	248	6	235
Desocupado	-	-	-	-
Total	6	248	6	235

7.4. Aluguéis e Renda para Locados a Patrocinadora

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para a Patrocinadora. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas periodicamente e/ou na ocorrência de propostas de compra, consoante às normas aplicáveis.

Valores Expressos em R\$ Mil

Situação	Locados p/Patrocinadora			
	2021		2020	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	1	99	1	76
Desocupado	-	-	-	-
Total	1	99	1	76

7.5. Aluguéis e Renda para Locados a Terceiros

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para terceiros. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas consoante normas aplicáveis ou, no caso dos imóveis retomados, quando da efetivação do distrato com os compradores.

Em setembro de 2021, ocorreu a alienação do imóvel de Viamão localizado na Rua Liberdade, 347. O imóvel não contabiliza o saldo patrimonial da carteira imobiliária. A Alienação deste imóvel ocorreu por valor inferior ao registrado contabilmente. Tal decisão, aprovada por todas as instancias de governança se deu após minuciosa análise da situação física do imóvel, custos, perspectivas e dos estudos técnicos de Valor Presente Líquido, que se mostrou atrativo em um horizonte de 18 meses.

A venda do imóvel apresentou variação negativa de R\$ 301mil em relação ao seu valor patrimonial contabilizado em setembro de 2021. A seguir apresentamos o demonstrativo com os valores:

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	Valor R\$
Alienação	691
Valor contábil Terrenos	(775)
Valor contábil Edificação	(217)
Perda	(301)

A redução na quantidade de imóveis em relação ao ano anterior classificados como locados a Terceiros, dá-se pela alienação dos imóveis de Viamão e os Terrenos da Francisco Petuco.

Valores Expressos em R\$ Mil

Situação	2021		2020	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	28	3.537	28	4.051
Desocupado	12	-	14	-
Total	40	3.537	42	4.051

A quantidade de imóveis é considerada individualmente. Exceto o conjunto dos 26 apartamentos e 14 boxes que fazem parte do POOL hoteleiro e que estão consolidados e considerados como 1 unidade e os 17 Boxes localizados na Rua Santo Antônio que estão consolidados e considerados como 1 unidade.

7.6. Direitos em Alienações de Investimentos

Correspondem às parcelas a receber relativas à venda de imóveis. Os contratos possuem prazos e condições variadas. Incidem sobre esses créditos a atualização monetária, conforme os índices de preços e juros remuneratórios, calculados com base em taxas reais anuais. Parte dos imóveis alienados encontra-se em discussão judicial, os quais ocasionam provisões. A composição da carteira de alienados em 31 de dezembro dos exercícios de 2021 e 2020 é a seguinte:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2021	2020
Direitos em Alienações de Investimentos	3.205	-
Alienados	3.205	-
Contratos em processo judicial - Inadimplentes	6.304	5.553
Depósitos Judiciais	-	-
(-) Provisão para perdas imóveis alienados	(6.304)	(5.553)

A variação evidenciada nas provisões de 2021 corresponde aos provisionamentos de juros e correção monetária dos contratos em inadimplência.

8. EMPRÉSTIMOS À PARTICIPANTES

Os empréstimos à participantes são registrados de acordo com os contratos. Os juros e correções são reconhecidos pela competência. Os valores provisionados referem-se aos contratos que estão em cobrança judicial e prestações em atraso.

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2021	2020
Empréstimos e Financiamentos	31.955	35.850
Empréstimos a receber	32.113	36.344
Inadimplência	525	549
Devedores Judiciais	2.493	2.135
(-) Perdas Estimadas - Empréstimo a Participantes	(3.176)	(3.178)
(-) Provisão Devedores Judiciais *	(2.493)	(2.135)
(-) Provisão Prestações em Atraso **	(683)	(1.043)

*Corresponde aos contratos sob cobrança judicial.

**Corresponde à observância aos critérios estabelecidos INSTRUÇÃO PREVIC Nº 31, DE 20 DE AGOSTO DE 2020 pertinentes ao provisionamento das parcelas vencidas e vincendas.

9. INVESTIMENTOS – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Registra os depósitos Judiciais/Recurrais relativos às contingências dos investimentos.

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2021	2020
Depósitos Judiciais/Recurrais	1.584	430
Depósitos Judiciais/Recurrais – Imóveis	257	257
Depósitos Judiciais/Recurrais – Empréstimos	227	173
Depósitos Judiciais/Recurrais - Ativos Financeiros de Crédito Privado	1.100	-

10. CONTINGÊNCIAS

10.1. Passivo Contingencial

O Passivo Contingencial é demonstrado segundo rege a Instrução PREVIC nº31, de 20 de agosto de 2020 e em conformidade à norma contábil NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os Passivos Contingentes são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Assim, a Funcorsan contingencia conforme as probabilidades de perda identificadas:

Provável	Possível	Remota
Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.
A provisão é reconhecida contabilmente.	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente.	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente.
Divulgação é exigida para a provisão.	Divulgação é exigida para o passivo contingente.	Nenhuma divulgação é exigida.

As provisões com a classificação de risco de perda “provável” reconheceram os seguintes montantes:

Área de Atuação	Objeto da Ação	Valores Expressos em R\$ Mil			
		2021		2020	
		R\$	Quantidade	R\$	Quantidade
Direito Cível	Benefícios	8.617	21	9.471	18
Direito do Trabalho	Benefícios	19.117	111	19.990	128
Total Gestão Previdencial		27.734	132	29.461	146
Direito Cível	Investimentos	59.296	1	50.487	2
Direito Cível	Imóveis Alienados	719	3	575	3
Direito Cível	Empréstimos	6.973	351	4.211	250
Total Investimentos		66.988	355	55.273	255
Direito do Trabalho	Reclamatória	264	1	463	3
Total Gestão Administrativa		264	1	463	3
Total Exigível Contingencial		94.986	488	85.197	404

10.1.1. Processos Judiciais – Investimentos

Ação revocatória movida pela Massa Falida de Confidelitty Asset Management Ltda contra a Entidade. Na origem, o Cumprimento de Sentença Definitivo, corresponde, segundo a Massa, a R\$ 90.966 mil (posição em 06/10/2021). A Fundação apresentou Impugnação ao Cumprimento de Sentença, sentenciada procedente em parte “...determinando sejam extirpados do cálculo que embasou o pedido de cumprimento de sentença os juros de mora anteriores à última citação válida ocorrida no processo de conhecimento, efetivada em 03/04/2007, concernentes ao montante de R\$ 219 mil.”. Foram interpostos Agravos de Instrumento por ambas as partes quanto à sentença da impugnação, os quais aguardam julgamento. O andamento processual relevante mais recente consiste na suspensão do cumprimento de sentença, em razão dos fatos e fundamentos versados na Ação Rescisória promovida pela Fundação.

10.2. Processos Judiciais – Perdas Possíveis

De natureza cível, trabalhistas e relacionadas ao Plano de Benefícios. Existem diversos processos trabalhistas e relacionados ao Plano nos quais a Funcorsan é parte no polo passivo, para os quais os assessores jurídicos classificam como provável. Estão contabilizados os valores em litígio com a possibilidade de desembolso, e considera os desembolsos incorridos de depósitos judiciais dos processos com classificação de provável perda. Existem ainda processos na esfera cível, vinculados a transações imobiliárias, para os quais a administração da Entidade não mantém expectativa de perdas adicionais

àquelas já reconhecidas através das provisões constituídas, conforme legislação vigente. Existem no sistema de controle da área jurídica 458 processos judiciais no montante de R\$ 91.968 mil (Noventa e um milhões, novecentos e sessenta e oito mil reais) com a classificação de risco de perda “possível”, os quais apresentamos classificados por objeto:

Demonstrativo de Quantitativo de Processos Judiciais - Perdas Possíveis		
Natureza	2021	2020
Direito Trabalho	6	4
Direito Cível	452	570
<u>TOTAL</u>	<u>458</u>	<u>574</u>

10.3. Ativo Contingencial

A Funcorsan é parte de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) em face do FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento, do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) e da União Federal, que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), ao invés do BTN (Bônus do Tesouro Nacional), correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28 de setembro de 2008, **não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências quanto à data e valor de liquidação** (processo ainda em fase de execução), à luz da Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho de 2009, em que a Entidade deve apenas mencionar a existência de um ativo contingente quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

Em novembro de 2021 a Funcorsan aderiu à íntegra da proposta de acordo decorrente de negociação entretida pela ABRAPP com a Procuradoria Regional da União da 2ª Região, no que se refere ao objeto da Ação Ordinária, que tramitou na 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, na qual a ABRAPP atuou como substituta processual, na representação de suas associadas, no processo sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFNDs. A possível proposta de acordo, foi submetida à aprovação do Conselho Deliberativo da Funcorsan e, após sua autorização, o termo de acordo foi firmado e encaminhado à ABRAPP para fins de homologação judicial, no momento oportuno.

11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

11.1. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas sobre as bases atuariais do mês de outubro de 2021, calculadas com referência em dezembro de 2021. As informações foram apuradas pela empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda, responsável pelo plano atuarial praticado pela Entidade e documentadas no DA - Demonstrativo Atuarial. As Provisões Matemáticas são compostas da seguinte forma:

11.1.1. Benefícios concedidos

- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização:** O valor atual dos benefícios a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada, conforme o Plano de Benefício Definido.
- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados:** Refere-se a Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados:** Refere-se a benefícios cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

11.1.2. Benefícios a conceder

- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado:** Refere-se ao valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado:** Refere-se ao valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade; cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

11.1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir:

Conforme Instrução PREVIC, de 20 de agosto de 2020, no exercício de 2021 os contratos com as patrocinadoras que possuíam cláusulas contratuais de reajuste atuarial, foram transferidos para o passivo.

Assim, o passivo atuarial, constituído através das Provisões Matemáticas, é composto da seguinte forma:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	Exercício 2021	Exercício 2020
Provisões Matemáticas	2.722.667	2.342.602
Benefícios concedidos	2.049.817	1.755.018
Benefícios definido estruturado em regime de capitalização	2.049.817	1.755.018
• Valor atual dos benefícios futuros programados	1.594.915	1.378.682
• Valor atual dos benefícios futuros não programados	454.902	376.336
Benefícios a conceder	902.399	818.203
Benefícios definido estruturado em regime de capitalização programado	831.605	753.336
• Valor atual dos benefícios futuros programados	1.241.588	1.123.946
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(200.499)	(181.157)
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(209.484)	(189.453)
Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	70.794	64.867
• Valor atual dos benefícios futuros não programados	127.002	114.315
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(28.104)	(24.724)
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(28.104)	(24.724)
(-) Provisões matemáticas a constituir	(229.549)	(230.619)
Equacionamento de déficit a integralizar	(229.549)	(230.619)
• (-) Patrocinadores (a)	(101.979)	(111.419)
• (-) Participantes (b)	(107.745)	(111.419)
• (-) Assistidos	(19.825)	(7.781)

Observação: a classificação de valores nas provisões matemáticas são conforme critério do Atuário Responsável pelo plano BD 001 (Mirador Assessoria Atuarial Ltda).

12. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Demonstra o resultado acumulado obtido pelo Plano de Benefício. A rubrica Equilíbrio Técnico apresenta os valores referentes ao superávit/déficit técnico acumulado e a reserva especial para revisão de plano.

No encerramento do exercício de 2021 o Plano BD nº 001 apresenta o Déficit Técnico de R\$ 820.143 mil (R\$ 409.118 mil em 2020), representando 30,12% (17,46% em 2020) em referência as Provisões Matemáticas Constituídas, sem considerar equilíbrio técnico ajustado pela precificação dos Ativos.

Valores Expressos em R\$ Mil

Formação do Resultado do Exercício	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação %
Saldo Anterior Superávit/Déficit Acumulado (a)	(409.118)	(250.358)	63,41
Contribuições Patrocinadora e Participantes	144.359	121.669	18,65
Reajustes dos Contratos c/Patrocinadora	16.575	1.589	943,11
Resultado dos Investimentos	38.982	225.045	(82,68)
Despesas Previdenciais	(221.808)	(192.999)	14,93
Provisão/Reversão de Contribuições	(2.544)	138	(1.943,48)
Contingência Previdencial	510	(8.458)	(106,03)
Provisões Matemáticas	(380.066)	(297.889)	27,59
Custeio Previdencial - Cobertura de Despesas Administrativas	(7.033)	(7.579)	(7,20)
Total da Variação no Exercício (b)	(411.025)	(158.760)	158,90
Saldo Superávit/Déficit Acumulado (a + b)	(820.143)	(409.118)	100,47

13. FUNDOS

Os fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados a suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Funcorsan:

- a) **Fundo Administrativo** – é formado pelo resultado entre valores recebidos para o custeio administrativo da Funcorsan, o fluxo dos investimentos e as despesas administrativas. O resultado do Fundo Administrativo constituiu o montante de R\$ 3.355 mil. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 10.878 mil (R\$ 7.523 mil em 2020).
- b) **Fundo para Garantia das Operações com Participantes** – é formado pela taxa de quitação por morte sobre os empréstimos concedidos pela Funcorsan, destinado a quitação de saldo devedor de empréstimo pela eventualidade de falecimento do mutuário. No exercício de 2021 a entidade reverteu de R\$ 152 mil de Fundos para Garantia das Operações com Participantes. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 252 mil (R\$ 404 mil em 2020).

14. IMPACTO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL NO RESULTADO

a) Cálculo da Taxa de Juros atuarial para o exercício de 2021

taxa de juros de 4,74% foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 708, de 25 de dezembro de 2015.

A adequação e a aderência da taxa de juros constam do estudo técnico, que confirmou a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo de receitas de contribuição e de pagamento de benefícios, em entendimento à Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 e à Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e consequentemente a adoção da taxa de juros 4,74% ao ano, que foi utilizada na Avaliação Atuarial de dezembro de 2021.

b) Impactos Apurados na Avaliação Atuarial no Patrimônio

Com base em estudos econômicos e atuariais realizados durante o ano de 2021, ocorreram alterações em premissas que vinham sendo utilizadas nas Avaliações Atuariais dos exercícios anteriores.

Diante disso, apresentamos quadro que sintetiza o impacto da Avaliação Atuarial nas Provisões Matemáticas do Plano da Funcorsan:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil		
	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano	<u>1.902.524</u>	<u>1.933.484</u>	<u>(1,60)</u>
Provisões Matemáticas	<u>2.722.667</u>	<u>2.342.602</u>	<u>16,22</u>
Benefícios concedidos	2.049.817	1.755.018	16,80
Benefícios a conceder	902.399	818.203	10,29
(-) Provisões matemáticas a constituir	(229.549)	(230.619)	(0,46)
Equilíbrio Técnico - Déficit Acumulado	<u>(820.143)</u>	<u>(409.118)</u>	<u>100,47</u>

As variações das Provisões Matemáticas em 2021 culminaram na elevação de 16,22% das provisões totais do Plano, comparativamente ao exercício de 2020, decorrente das seguintes causas, conforme transcrição observada Avaliação Atuarial de 2021 – Parecer Mirador Assessoria Atuarial Ltda:

- As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31/12/2021, R\$ 2.049.817 mil, representando um aumento de 19,80% comparativamente ao montante de R\$ 1.755.018 mil apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2020.
- As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder em 31/12/2020, R\$ 902.399 mil, representando um acréscimo de 10,29% comparativamente ao montante de R\$818.203mil, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2020.

- c. As Provisões Matemáticas a Constituir em 31/12/2021, R\$ 229.549 mil, representando uma variação negativa de -0,46% comparativamente ao montante de R\$ 230.619 mil, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2020.
- d. O déficit técnico do Plano aumentou 100,47%, passando de R\$ 409.118 mil em 31/12/2020, para R\$ 820.143 mil, em 31/12/2021.
- e. A rentabilidade do Global do Plano auferida no exercício de 2021 foi de 2,29%, conforme apurado pela Fundação, taxa de juros de 4,74 e a meta atuarial no período foi de 15,66%. O retorno dos Investimentos ao longo do exercício de 2021 foi equivalente a 14,62% da meta atuarial.

15. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS – APURAÇÃO DE RESULTADOS E SOLVÊNCIA

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução nº 16, de 19 de novembro de 2014, Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, e Instrução Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

A Funcorsan efetuou o procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, a partir do encerramento do exercício de 2019, o Ajuste de Precificação dos Ativos, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. A taxa de juros utilizada na Avaliação Atuarial em 2021 é 4,74%.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser a base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial).

Apresentamos, a seguir, demonstrativo do tratamento do Déficit:

Déficit	Resolução CNPC nº 22/2015
Limite	(Duração - 4) X 1%
Gatilho	Eliminar gatilho (passa a ser automático).
Valor a ser equacionado	Se déficit > limite, equaciona o que ultrapassar o limite. Se déficit < limite, não há equacionamento.
Tratamento do Déficit	Promove a equidade no equacionamento de déficit, tendo a duração como critério de diferenciação.
Tratamento do Déficit	Limitado à Duration de 4 anos. Para valores inferiores a 4 anos, eventuais déficits são equacionados anualmente de maneira integral, com contratos firmados pelo patrocinador.
Planos de Equacionamento	Os planos de equacionamento deverão prever fluxos de contribuições lineares ou decrescentes (nunca crescentes).

Para fins de controle e acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto dos ajustes de precificação no encerramento do exercício de 2021, demonstramos as informações necessárias:

Valores Expressos em R\$ Mil

Cálculo de Duração do Passivo e Ajuste de Precificação - Previc			
Cálculo ajuste NTN-B e NTN-C			
Dados para cálculo			
Data da Carteira:	31/12/2020		
Taxa de Juros Real Anual	4,74		
Posição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Total	880.856	1.059.906	179.550
Análise das Durações	Art. 9º, inciso V, da IN Previc nº 19, de 04/02/2015		
Requisito atendido			
Duração do passivo	14,6137		
Duração dos títulos	13,2486		
Análise dos VP	Art. 9º, inciso III e IV, da IN Previc nº 19, de 04/02/2015		
Requisito atendido			

A *duration* do passivo do Plano BD nº 001 da Funcorsan é de 14,6137 anos em 2021. Com isso, a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é 10,6137%.

O valor apurado (positivo) da precificação dos ativos de R\$ 179.550 mil foi destinado ao equacionamento do déficit e contribuiu para o Equilíbrio Técnico Ajustado, apresentado no item “5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado” do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB. O equilíbrio técnico ajustado acumulado do Plano BD nº 001 da Funcorsan, bem como o índice de Solvência, está a seguir demonstrado:

Valores Expressos em R\$ Mil

Apuração de Resultados - Superávit / Déficit Técnico e Equilíbrio Técnico Ajustado - 2021	
A) Cálculo dos Limites	
1) Saldo Provisões Matemáticas (conta 2.3.1.1)	2.722.667
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	10,61%
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que pode permanecer ((1) *(2.1)) *-1	(288.976)
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	
3) Equilíbrio Técnico Contábil (conta 2.3.1.2)	(820.143)
4) Ajuste de Precificação Positivo	179.550
5) = (3) + (4) Equilíbrio Técnico Ajustado	(640.593)
6) = (5) / (1) x 100 = Índice de solvência	23,53%

Conforme observado, no demonstrativo, o Plano de Benefícios BD nº 001 encerrou o exercício de 2021 com equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 640.593 mil, o que resultou em um índice de solvência de 23,53%, superior ao limite de 10,61% da zona de equilíbrio mínima.

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30 2018 é obrigatória a elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2022 de, no mínimo, R\$ 351.617 mil que corresponde ao montante equivalente a 12,91% do valor das Provisões Matemáticas do plano em 31 de dezembro de 2021.

FUNDAÇÃO CORSAN
DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
CNPJ: 89.176.911/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2021.

Homero José Batista	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretor Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Seguridade	Contador CRC/RS 57.807/O-4
CPF: 310.106.520-87	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CPF: 653.122.870-91